


## Plain Language applied in Public Communication: a Systematic Literature Review (SLR)

### Linguagem Simples (LS) aplicada na Comunicação Pública: uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL)

Mariana Lima Ceppi\*, Diógenes Lycaríão \*\* Ismia Kariny Correia da Silva Costa\*\*\*

\*  Universidade Federal do Ceará (UFC) (marilh.ceppi@gmail.com)

\*\*  Universidade Federal do Ceará (UFC) (lycariao-d@ufc.br)

\*\*\*  Universidade Federal do Ceará (UFC) (ikcjornalista@gmail.com)

#### Abstract

This paper presents a Systematic Literature Review (SLR) on the use of Plain Language (PL) in Public Communication. Academic publications written in Portuguese, English, and Spanish, published between 2012 and 2023, were analyzed based on searches in the Web of Science, Scopus, and the CAPES Journal Portal databases. The objective was to identify and examine the available literature considering five variables: (a) the centrality level of PL in the studies; (b) methodologies used; (c) country or region where PL was investigated; (d) type of institution involved; and (e) communication medium analyzed. A total of 28 articles met the SLR criteria. The results indicate that most studies were published in English (n=26), with the United States being the most studied country. Despite Latin America's notable presence in the corpus (n=13), no Brazilian research was found. Methodological approaches were diverse, with content analysis (n=4) being the most recurrent, followed by experimental research and linguistic analysis (n=3 each). A focus on public institutions (62%) and legal documents (38%) was observed, while communication channels widely accessed by the public, such as government websites, public notices, and social media, were scarcely explored. These findings suggest that, although PL is a well-established topic internationally, its research in Brazil still requires further development and robust empirical validations. We discuss the implications of these findings for future research, suggesting improvements in the use of content analysis and linguistic analysis through experimental studies that indicate which PL techniques are truly effective. Thus, methodological advancements are recommended through experiments assessing the impact of PL on message intelligibility and accessibility, considering not only different audiences but also linguistic and contextual variations.

Keywords: : Plain Language. Systematic Literature Review (SLR). Public Communication. Citizenship.

#### Resumo

Este trabalho apresenta uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) sobre o uso da Linguagem Simples (LS) na Comunicação Pública. Foram analisadas produções acadêmicas publicadas entre 2012 e 2023, a partir de buscas nas bases Web of Science, Scopus e no Portal de Periódicos da Capes. O objetivo foi identificar e examinar a literatura disponível considerando cinco variáveis: (a) nível de centralidade da LS nos estudos; (b) metodologias utilizadas; (c) país ou região onde a LS foi investigada; (d) tipo de instituição envolvida; (e) meio de comunicação analisado. Ao todo, 28 artigos atenderam aos critérios da RSL. Os resultados indicam que a maioria dos estudos foi publicada em inglês (n=26), com os EUA sendo o país mais estudado. Apesar do destaque da América Latina no corpus (n=13), não foram encontradas pesquisas brasileiras. A predominância metodológica foi dispersa, sendo a análise de conteúdo (n=4) a mais recorrente, seguida da pesquisa experimental e da análise linguística (n=3).

cada). Observou-se um foco nos órgãos públicos (62%) e nos documentos jurídicos (38%), enquanto canais amplamente acessados pelo público, como sites governamentais, editais e redes sociais, foram pouco explorados. Esses achados sugerem que, embora a LS seja um tema consolidado internacionalmente, sua pesquisa no Brasil ainda carece de maior desenvolvimento e de validações empíricas robustas. Discutimos as implicações desses achados para futuras pesquisas, sugerindo o aperfeiçoamento da utilização da análise de conteúdo e da análise linguística a partir de estudos experimentais que indiquem quais técnicas de LS são, de fato, efetivas. Dessa forma, recomenda-se o avanço metodológico por meio de experimentos que avaliem o impacto da LS na inteligibilidade e acessibilidade das mensagens, considerando não apenas diferentes públicos, mas também variações linguísticas e contextuais.

Palavras-chave: Linguagem Simples. Revisão Sistemática de Literatura (RSL). Comunicação Pública. Cidadania.

## Introdução

A cidadania é um dos princípios fundamentais da Constituição Federal (Brasil, 1988), e para que seja possível exercê-la, faz-se necessário que o Estado cumpra tantos outros direitos como a transparência e o acesso à informação. Nesse sentido, para que as ações do Estado sejam de fato transparentes e acessíveis é necessário que as informações direcionadas à sociedade sejam fáceis de entender e de encontrar. Nesse contexto, já não é mais suficiente apenas disponibilizar as informações em canais oficiais de comunicação sem pensar na maneira que estão sendo escritas e expostas.

Diante dessa demanda, várias medidas estão sendo tomadas pelo Governo brasileiro em busca da inovação. Dentre as ações feitas, têm-se as que estão ligadas à forma de comunicação entre o Estado e o cidadão. Assim, já existem várias cartilhas, normas e leis que indicam a necessidade de uma comunicação mais eficiente, priorizando o cidadão e o entendimento da informação. Nesse sentido, o Estado deve garantir o direito ao acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão (Casa Civil, 2011).

Somado a esses esforços, há também o trabalho dos laboratórios de inovação que tem como uma das atividades o treinamento de servidores públicos com o intuito de conscientizá-los, engajá-los e dar maior autonomia ao produzir documentos oficiais, agora, pensados em quem vai lê-los, o cidadão.

Ao priorizar a quem o documento se destina, os defensores de LS advogam que os exageros linguísticos, o uso de termos técnicos, de jargões e de palavras pouco usuais no dia a dia não contribuem para a assimilação da informação ou para uma comunicação pública eficaz (Mendonça, 1987). Sob essa perspectiva, além de não contribuir, tais recursos linguísticos formam uma barreira comunicacional que dificultaria ou impediria o entendimento do que está sendo dito pelo poder público.

Com objetivo de reduzir ou mesmo eliminar essas barreiras comunicacionais, uma série de manuais, recomendações e experiências baseadas na LS vêm sendo realizadas pelo poder público de diversos países, incluindo o Brasil (Casa Civil, 2018; São Paulo, 2020). Contudo, até que ponto tais manuais, recomendações e experiências voltadas estão sendo alvo de investigações científicas e se amparando nelas?

Nesse cenário, este trabalho busca investigar e sistematizar a literatura acadêmica que aborda o uso da LS na Comunicação Pública. Para isso, a questão de pesquisa parte do questionamento: Como a LS aplicada na Comunicação Pública vem sendo pesquisada pela comunidade acadêmico-científica, nas ciências humanas?

Para responder a essa questão, propomos realizar uma revisão sistemática de literatura (RSL).

Trata-se de uma técnica oportuna uma vez que as RSLs são empregadas para sintetizar e fornecer panoramas sobre conhecimentos extraídos de vasta literatura científica (Aromataris & Pearson, 2014; Cooper, 2015). Essas revisões conseguem formalizar a síntese de evidências e percepções sobre conceitos específicos seguindo protocolos rigorosos, o que facilita a apresentação do estado atual do conhecimento em qualquer área do conhecimento.

Para esta investigação, foi realizada especificamente uma RSL somada à técnica de análise de conteúdo (AC) categorial conforme proposto por Lycarião, Roque e Costa (2023). Os autores argumentam que uma RSL constituída a partir de técnicas da análise de conteúdo (AC) permite uma visão do estado da arte a partir de procedimentos válidos, transparentes, replicáveis e, portanto, com maior nível de rigor metodológico.

Assim, na RSL foram coletados e analisados artigos científicos escritos em português, inglês e espanhol publicados no intervalo de 2012 a 18 de dezembro de 2023. Foram utilizadas as bases de indexação Web of Science (WoS), Scopus e Portal de Periódicos da Capes. Essa combinação de bases foi construída com a perspectiva de balancear estudos de maior impacto internacional (algo coberto pela WoS e Scopus), assim como, também, de modo a incorporar a produção brasileira acerca do assunto, algo a ser viabilizado pelo Portal Periódicos da Capes.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 28 trabalhos científicos.

Os trabalhos foram majoritariamente encontrados na base Scopus (27 de 28), com predominância do inglês como idioma (26 artigos). O país mais analisado ou de origem do estudo foram os EUA (11).

Contudo, os países da América Latina obtiveram destaque, sendo investigados em 13 dos 28 trabalhos revisados, mas sem a presença de pesquisas brasileiras. A identificação das metodologias reivindicadas pelos estudos mostrou grande dispersão, com 15 abordagens distintas, sendo a Análise de Conteúdo a mais comum (4 estudos). Além disso, os estudos concentraram-se em órgãos públicos (62%). Quanto ao meio de comunicação analisado, documentos jurídicos foram o foco principal (38%), enquanto canais mais acessados pelo público, como sites oficiais foram negligenciados.

A RSL identificou diversas lacunas. Primeiramente, a ausência de estudos brasileiros publicados em periódicos revisados por pares sugere que a pesquisa nacional sobre LS ainda não se consolidou. Foram testadas buscas adicionais em DOAJ e Scielo, sem sucesso, reforçando essa hipótese. A fragmentação metodológica impede a realização de revisões mais robustas, como meta-análises. Além disso, a baixa ocorrência de estudos experimentais demonstra a falta de validação empírica das técnicas de LS. A concentração em documentos jurídicos limita a aplicabilidade da LS em canais de maior alcance público. Isso evidencia um descompasso entre as pesquisas e as necessidades reais da população no acesso a informações essenciais.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, ele expõe os desafios que a comunicação pública enfrenta para agir em benefício do cidadão, ao buscar promover uma comunicação transparente, efetiva e compreensível. Em seguida, traz uma breve contextualização das ações realizadas no Brasil voltadas ao uso de uma linguagem que tenha como propósito tornar as informações mais fáceis de compreender, colaborando com acesso à informação. Somado a isso, o artigo segue com o detalhamento da metodologia utilizada. Por fim, o artigo traz em sequência aos resultados do estudo, uma discussão sobre como pesquisas futuras podem enfrentar as lacunas observadas no estado da arte sobre a relação entre LS e a comunicação pública.

## **Comunicação Pública: em prol do cidadão**

Historicamente, a comunicação governamental no Brasil era utilizada para promover a imagem dos representantes do governo, contrariando o princípio da impessoalidade assegurado na Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. Nesse contexto, a comunicação governamental falhava em cumprir sua função essencial de manter um diálogo eficiente com o cidadão. Segundo Duarte, a Comunicação Pública deve pautar-se pelos princípios de transparência, acesso à informação, interação e ouvidoria (Duarte, 2009). Em contraste com o uso anterior da Comunicação Governamental, a Comunicação Pública assume diretamente o papel de servir à sociedade, oferecendo mecanismos que possibilitam o pleno exercício da cidadania. Dessa forma, ela deve abordar assuntos de interesse coletivo, fornecer instruções sobre serviços públicos, dar transparência às ações do governo e dos governantes, além de ouvir o cidadão, promovendo um diálogo eficiente.

É crucial destacar que a Comunicação Pública coloca o cidadão no centro de suas ações, configurando-se como uma forte aliada ao exercício da cidadania. Contudo, persiste uma significativa desarmonia entre o que o Estado oferece em termos de comunicação pública e o que a esfera cidadã demanda.

Diante dessa disfunção comunicacional, é evidente que a maneira como as informações são repassadas ao cidadão precisa ser repensada e reformulada, pois ainda enfrenta barreiras significativas que impedem ou dificultam a função elementar do processo comunicacional: a compreensão da mensagem pelo receptor.

O objetivo fundamental da Comunicação Pública é tornar as informações facilmente compreensíveis, sem exigir complexidade na assimilação. No entanto, a realidade ainda mostra uma forte presença de linguagem técnico, repleto de jargões e vocabulário jurídico excessivo, como ressalta Guimarães:

É fato que algumas peças jurídicas são redigidas de maneira que é impossível alguém que não seja parte do meio jurídico compreendê-las. Esse estilo rebuscado, denominado, "juridiquês", impede qualquer possibilidade de conhecimento, ao invés de permitir a compreensão sobre o assunto tratado. (2012, p. 176-177)

Textos, memorandos, circulares, normas e editais são repletos de termos e excessos linguísticos que dificultam o entendimento do cidadão e confundem até mesmo aqueles acostumados com tal linguagem. Mendonça (1987, p. 3) enfatiza que "escrever mal não é apenas desagradável para quem lê, é também desumano e antidemocrático, pois desrespeita um direito fundamental do leitor: o de compreender os textos institucionais que regulamentam sua vida."

Os excessos de tecnicismos, jargões e complexidades, muitas vezes desnecessários, podem ser vistos como fatores de exclusão social, pois, ao não entender o que está sendo comunicado, o cidadão deixa de ter acesso aos seus direitos civis e à informação, ficando impossibilitado de tomar decisões conscientes. Cameron (2012) afirma que uma linguagem desnecessariamente complexa pode causar várias disfunções, desde impedir que os indivíduos tomem decisões informadas até privá-los do uso de serviços públicos.

Diante desse cenário, a inovação no governo e na comunicação pública busca tornar os serviços oferecidos aos cidadãos mais eficientes. Essa inovação se torna, portanto, urgente e necessária, pois visa garantir a transparência e o acesso à informação, fortalecendo a credibilidade e a confiança da sociedade no poder público.

## **Linguagem Simples: Ações no Brasil em busca da cidadania**

Diante da importância de colocar o cidadão no centro da comunicação do poder público, surgiu, nos anos 1940, o Movimento de Linguagem Simples (LS), que atualmente está presente em mais de 30 países, incluindo o Brasil. Com o slogan "Serviço público é servir ao público", o Programa Nacional de Desburocratização (Casa Civil, 1979) já apontava a necessidade de melhorar o atendimento à sociedade, propondo a redução da quantidade de papéis, leis e regulamentos que orientavam o funcionalismo público. No entanto, apesar de sua relevância, o programa, agora revogado, teve impacto limitado na prática, concentrando-se mais no volume dos documentos do que na complexidade da linguagem utilizada.

Anos mais tarde, a Campanha Nacional pela Simplificação da Linguagem (AMB, 2005) começou a focar na necessidade de repensar a linguagem utilizada pelos órgãos públicos no país. Em 2011, a Lei de Acesso à Informação foi um marco, referindo-se indiretamente ao conceito de LS ao assegurar que "é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação (...), de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão" (Casa Civil, 2011). Este trecho da lei enfatiza a transparência das ações do Estado e o acesso facilitado à informação, essenciais para a prestação dos serviços públicos.

A Nova Gestão Pública, com ênfase no cidadão e na qualidade dos serviços oferecidos, ganhou destaque conforme Mello e Slomski (2010, p. 8) observam: "As reformas na administração pública e a consolidação da democracia no Brasil tornaram os cidadãos mais exigentes, (...) o cidadão passou a demandar mais do poder público em defesa de seus direitos." Essa demanda crescente por informações governamentais e a necessidade legal de maior transparência culminaram na ampliação da disponibilidade de informações.

O Manual de Redação da Presidência da República enfatiza que a escrita oficial deve ter "clareza e precisão" como requisitos elementares, defendendo que a clareza é a qualidade básica de todo texto oficial, possibilitando imediata compreensão pelo leitor. Segundo o manual, a transparência é um requisito do Estado de Direito: é inaceitável que um texto oficial ou um ato normativo seja ininteligível para os cidadãos (Casa Civil, 2018).

Em 2019, surgiu no Ceará o Laboratório de Íris com a proposta de "transformar o ambiente público e impactar positivamente a sociedade, por meio da experimentação e da inovação" (Íris, s.d.). O laboratório, em parceria com o Programa Cientista Chefe da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), foca na simplificação das comunicações técnicas e jurídicas, no treinamento de servidores, e no engajamento da administração pública para gerar impactos positivos tanto individual quanto coletivamente.

Em 2020, São Paulo regulamentou a Política Municipal de Linguagem Simples, tornando-se referência no país ao oferecer diversas recomendações de escrita para servidores públicos municipais (São Paulo, 2020). Em dezembro de 2022, o Governo do Estado do Ceará aprovou a primeira lei do mundo a conciliar LS com o Direito Visual (Lei nº18.246, 2022). Em 2023, dois importantes avanços ocorreram: a discussão do tema na ONU e a aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei que institui a Política Nacional de Linguagem Simples, enviado ao Senado Federal. Até fevereiro de 2025, esse projeto de lei segue em tramitação, aguardando recebimento de emendas.

Por fim, vale ressaltar que há várias outras iniciativas dos órgãos e entidades públicas brasileiras sobre o uso da LS. Contudo, até que ponto essas manifestações e iniciativas estão sendo alvo de investigações científicas e se amparando nelas? Sob a necessidade explorar essa questão, especialmente em relação às

evidências científicas que embasam ou analisam essas iniciativas, utilizamos um método de revisão que será descrito na seção a seguir.

Metodologia

Nesta revisão sistemática de literatura (RSL), investigamos como o uso da Linguagem Simples (LS) na Comunicação Pública vem sendo pesquisado pela comunidade acadêmico-científica nas ciências humanas. Para isso, coletamos artigos escritos em português, inglês e espanhol, publicados entre 2012 e 18 de dezembro de 2023. A escolha desse intervalo de tempo teve como objetivo alcançar uma abrangência maior e oferecer uma percepção mais aprofundada sobre o tema.

Inicialmente, realizamos pré-testes em várias bases de indexação para identificar as mais adequadas para a coleta de dados. Após esse procedimento, selecionamos três plataformas principais para a composição do corpus de trabalhos acadêmicos: a) Web of Science (WoS); b) SCOPUS; e c) Portal de Periódicos da Capes. Essa combinação de bases foi estrategicamente escolhida para balancear estudos de maior impacto internacional, cobertos pela WoS e SCOPUS, e para incorporar a produção brasileira sobre o assunto, facilitada pelo Portal de Periódicos da Capes.

Após os pré-testes nesses sistemas de busca de trabalhos acadêmicos, as buscas definitivas foram realizadas em 18 de dezembro de 2023. Utilizamos uma combinação de termos específicos em cada plataforma, os quais foram detalhados no Quadro 1. Esses termos foram escolhidos para assegurar a captura de todos os estudos relevantes relacionados ao uso da Linguagem Simples na Comunicação Pública. Esta metodologia meticulosa visa garantir que nossa revisão seja tão abrangente e representativa quanto possível dentro do período e línguas pré-estabelecidas.

Quadro 1- Protocolo da RSL sobre “o uso da Linguagem Simples” na área da Comunicação Pública (versão resumida

Itens descritos	Descrição
Objetivo geral	Verificar Como a LS aplicada na Comunicação Pública vem sendo pesquisada nas ciências humanas?
Bases	Scopus (Core Collection) Web of Science Portal de Periódicos CAPES
Termos de busca	<b>Scopus (Core Collection):</b> "( TITLE-ABS-KEY ( ( "plain language" OR "linguagem simples" ) ) AND TITLE-ABS-KEY ( ( {govern*} OR {public documents} OR {Public administration} OR {civil service} OR {public sector} OR government OR state OR judicial OR {judicial sentences} OR {judicial sentences} OR {judicial sentence} OR edict* OR {public document*} OR {public communication} OR {public transparency} OR {transparency public} OR accessibility OR {accessibility of information} OR {federal constitution} ) ) ) AND PUBYEAR > 2012 AND ( LIMIT-TO ( SUBJAREA , "SOCI" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA , "PSYC" )

OR LIMIT-TO ( SUBJAREA , "ARTS" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA , "ECON" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA , "MULT" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA , "DECI" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA , "BUSI" ) ) AND ( LIMIT-TO ( LANGUAGE , "English" ) OR LIMIT-TO ( LANGUAGE , "Spanish" ) ) AND ( LIMIT-TO ( DOCTYPE , "ar" ) OR LIMIT-TO ( DOCTYPE , "bk" ) OR LIMIT-TO ( DOCTYPE , "ch" ) OR LIMIT-TO ( DOCTYPE , "cp" ) ) ;

**Web of Science:** Plain language OR lenguaje sencillo OR lenguaje Claro OR accessibility of information OR intelligibility ) (Topic) AND (govern\* OR public documents OR public administration OR public sector OR civil service OR judicial OR edict\* OR public document\* OR public communication OR public transparency OR federal constitution) (Topic) and Spanish or Portuguese or English (Languages) and Sociology or Psychology or Arts Humanities Other Topics or Communication or Linguistics or Government Law or Public Administration or Social Issues (Research Areas) and Spanish or Portuguese or English (Languages);

**CAPES:** "Linguagem simples" OR "Plain language" AND govern OR governo OR "public documents" OR "documentos públicos" OR "Public administration" OR "administração pública" OR "civil service" OR "public sector" OR "setor público" OR government OR state OR estado OR judicial OR judicial OR "judicial sentences" OR "sentença judicial" OR "judicial sentences" OR "sentenças judiciais" OR "judicial sentence" OR edict OR edital OR "public document" OR "documento público" OR "public communication" OR "comunicação pública" OR "public transparency" OR "transparência pública" OR accessibility OR acessibilidade OR "accessibility of information" OR "acessibilidade da informação" OR "federal constitution" OR "constituição federal".

Campos de busca	Título, resumo ou palavra-chave
Intervalo temporal	2012 - 18 de dezembro de 2023.
Inclusão	
Critérios de inclusão e exclusão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigo científico revisado por pares;</li> <li>• O idioma do artigo é Inglês, Português ou Espanhol;</li> <li>• Tem relação com os contextos de Comunicação e Ciências Sociais;</li> <li>• Tem como foco o debate sobre LS, podendo (ou não) enfoque em algum fato ocorrido;</li> <li>• Aborda o Funcionalismo Público e as ações do Estado;</li> <li>• Capítulo de livro.</li> </ul>
Exclusão	



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não é um artigo científico;</li> <li>• O idioma original do artigo não é Inglês, Português ou Espanhol;</li> <li>• O campo de título e/ou assunto está vazio;</li> <li>• O artigo ainda não foi devidamente publicado (é um pré-print);</li> <li>• O foco do artigo não é discorrer sobre LS e/ou eventos que retratam essa prática;</li> <li>• O trabalho completo não está acessível</li> </ul>
Procedimento de seleção dos trabalhos (1a fase)	Leitura do título, resumo e palavras-chave.
Procedimento da análise de conteúdo (2a fase)	Leitura da introdução, da seção metodológica, dos elementos flutuantes e busca por termos de interesse das variáveis.
Variáveis analisadas	a) nível de centralidade da LS no estudo <sup>1</sup> b) metodologia c) país/região que a LS foi estudada d) qual órgão público/ente que a LS foi aplicada e) em qual meio de comunicação a LS foi aplicada

Fonte: Elaboração própria (2025)

Desse procedimento de busca, retornaram os seguintes resultados: a) Web of Science = 14 trabalhos; b) SCOPUS = 134 trabalhos e; c) Portal de Periódicos da Capes = 11 trabalhos. A coleta totalizou 159 trabalhos na fase inicial.

Com o intuito de garantir a execução dos princípios da transparência e replicabilidade, essenciais à RSL, este trabalho possui um livro de códigos (codebook) que foi elaborado para definir e registrar quais são os critérios de seleção do corpus utilizados (1a fase), bem como realizar a categorização dos trabalhos selecionados (2a fase).

Esse livro pode ser acessado através do link: [https://figshare.com/articles/book/Livro\\_de\\_Codigos\\_-\\_Linguagem\\_Simples\\_AC\\_-\\_RSL/28599947?file=53007887](https://figshare.com/articles/book/Livro_de_Codigos_-_Linguagem_Simples_AC_-_RSL/28599947?file=53007887).

Para a primeira fase, o livro de códigos traz as especificações sobre os filtros de busca em cada uma das bases de indexação e como utilizá-los, bem como os critérios de inclusão ou de exclusão dos trabalhos examinados. Esse procedimento está de acordo com as orientações de Lycarião, Roque e Costa (2023), os quais indicam um conjunto de diretrizes para que tanto a seleção (1a fase) quanto a codificação das categorias de análise de conteúdo do corpus final (2a fase da RSL) sejam conduzidas a partir de um livro de códigos. Para se realizar a seleção do corpus final dentre os os 159 artigos iniciais, estes foram duplamente codificados de modo independente. Ao comparar as codificações, observou-se um índice de

<sup>1</sup> Esta variável foi aplicada com o propósito de refinar o corpus final.



84% de convergência. Posteriormente, as divergências foram tratadas mediante deliberação entre os analistas com o auxílio do protocolo que consta no livro de códigos, a seguir:

- a) Dúvida x Dúvida = excluir;
- b) Dúvida x Incluir = incluir;
- c) Dúvida x Excluir = excluir;
- d) Incluir x Excluir = decidir em conjunto.

As discordâncias do tipo "d)" foram tratadas mediante deliberação e ensejaram revisões do livro de códigos e nova codificação para conferir coerência decisória. Sendo assim, a primeira fase gerou três rodadas de codificação: 1a: codificação independente, 2a: resolução das divergências de tipo "d)" do protocolo acima; 3a: recodificação, em dupla, com base nos ajustes do livro de códigos. Posteriormente às três rodadas de dupla codificação dos 159 trabalhos e, após o tratamento das divergências com base no livro de códigos, foram excluídos 131 trabalhos. Dessa forma, 28 trabalhos acadêmicos-científicos foram codificados ao final da segunda fase desta RSL, conforme os dados da Tabela 1. As codificações que selecionaram o corpus final podem ser consultadas na seguinte planilha: <https://figshare.com/s/77c2e7d4716d1c707d0f>

Tabela 1 - Seleção dos trabalhos

Base	Resultado da Busca	Excluídos	Incluídos
Web of Science	14	13	1
SCOPUS	134	107	27
Portal de Periódicos da Capes	11	11	0
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>131</b>	<b>28</b>

Fonte: Elaboração própria (2025)

Para a segunda fase (dos trabalhos selecionados), a codificação se baseou nas orientações de Orwin e Vevea (2009) e envolveu todos os autores do manuscrito, gerando, como resultado, dados com alto nível de confiabilidade e replicabilidade. Contudo, deve-se ter em vista que a divisão entre a primeira fase e a segunda fase não é cronológica, mas funcional, em que a primeira fase corresponde ao trabalho de seleção da amostra final, enquanto que a segunda fase se refere à codificação do corpus final (dos trabalhos selecionados). Isso porque, durante a execução da 2a fase, foram observados falsos positivos e outras características só seriam observáveis após a leitura do trabalho completo (algo previsto apenas na 2a fase) e que, como resultado, demonstraram ser, em alguns casos, correspondentes a algum critério de exclusão. Para isso, foi desenvolvida a variável "nível de centralidade da LS nos estudos". Daí que, após iniciada a 2a fase, revisões foram realizadas nas decisões concernentes à 1a fase tendo como base os resultados da codificação de tal variável.

Já na segunda fase, a RSL buscou identificar os seguintes aspectos dos artigos selecionados:

- Metodologia(s) empregada(s);
- País/região em que a LS foi investigada no objeto de pesquisa ou, na ausência dessa informação, o país de origem do estudo;
- Qual o tipo de órgão ou ente em que a LS foi investigada;
- Em qual meio de comunicação a LS foi analisada.

As codificações do corpus final das variáveis acima podem ser consultadas na seguinte planilha:

<https://figshare.com/s/0b7cd6ae40c500a107aa>

O livro de códigos com os significados das codificações se encontra no seguinte documento:

<https://figshare.com/s/743d97d8f35ee37c6d8a>

## Resultados e discussão

Na análise dos 28 trabalhos, que fazem parte do corpus final, foi possível obter informações a partir dos metadados das bases. O intervalo temporal considerado na pesquisa para a devida análise foi de 2012 a 18 de dezembro de 2023, com o propósito de dar maior abrangência e, com isso, ampliar a percepção sobre o assunto.

Na análise de conteúdo (AC) categorial aplicada para tentar responder à pergunta de pesquisa desta RSL, foram contempladas em quatro variáveis, sendo elas: metodologia(s) empregada(s); país/região em que a LS foi investigada ou de origem do estudo; órgão/ente em que a LS foi investigada; meio de comunicação em que a LS foi analisada.

Em relação ao idioma predominante dos trabalhos publicados, há uma conexão direta com a base de indexação que foi fonte da quase totalidade dos trabalhos selecionados nesta RSL, que foi a Scopus, em que 27 dos 28 trabalhos foram encontrados. O artigo restante teve por origem a WoS. Não por acaso, o idioma predominante no corpus final foi o inglês ( $n=24$ ), enquanto apenas 4 trabalhos estão em espanhol. A razão fundamental para isso se deu ao fato de que o Portal de Periódicos Capes acabou não apresentando nenhum resultado dentro dos critérios de inclusão. Mesmo entre os trabalhos excluídos provenientes deste sistema de busca acadêmico, não se encontra nenhum trabalho cujo título seja em português. Isso ocorreu apesar do termo de busca ter incluído a língua portuguesa em sua fórmula.

Daí que duas explicações emergem para dar sentido a tais resultados: a) há efetivamente uma baixa incidência de estudos revisados por pares sobre LS no Brasil nos últimos anos; ou, alternativamente, b) o termo e o sistema de busca escolhidos não foram adequados para revelar essa literatura.

Como forma de se testar o poder explicativo de b), fizemos buscas adicionais em dois outros sistemas de busca com acervo relevante de trabalhos em língua portuguesa, sendo: DOAJ e Scielo. No caso do DOAJ (<https://doaj.org/>), procuramos pela expressão "linguagem simples" no campo "título" e o retorno foi de 0 resultados. A título de comparação, ao substituir "linguagem simples" por "revisão sistemática", o número de resultados sai de 0 para 2,335 resultados. Já em relação ao sistema de busca da Scielo (<https://www.scielo.br/>), algo similar ocorreu. Para o termo "linguagem simples" não houve nenhum resultado e para "revisão sistemática" houve 2.546 resultados<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Buscas realizadas no dia 13 de fevereiro de 2025.

Esse simples experimento sugere, então, que o poder explicativo de a) se mostra mais provável do que b). Ou seja, esta RSL traz evidências de que, apesar de se configurar como um tema proeminente na literatura internacional, a agenda de pesquisa em torno do tema, no Brasil, ainda não foi capaz de apresentar um conjunto atual e robusto de estudos publicados em periódicos revisados por pares, que foi o tipo de publicação de interesse desta RSL. Tal explicação ganha ainda mais evidência mais a frente, quando examinamos os resultados da variável “país/região em que a LS foi investigada”.

Com relação à variável “metodologia(s) empregada(s)”, os resultados estão dispostos na Tabela 2. Observa-se, no caso, que a categoria mais frequente foi “ausente/não se aplica” (n=8). Segundo o livro de códigos, tal categoria foi codificada quando não havia metodologia explicitamente indicada pelo trabalho. Contudo, o livro de códigos orienta que, quando há mais de uma metodologia explicitada, todas devem ser codificadas individualmente. Como resultado, um único trabalho pode apresentar mais de uma metodologia e, por isso, o número total de metodologias identificadas (n=37) supera o de artigos analisados no corpus final (n=28). Dentro desse universo, também se deve considerar que um trabalho (c.f. Osiejewicz et al, 2023) indicou tantas metodologias que decidimos agrupá-las como “Diversas” (cf. Tabela 2).

Tabela 2 - Metodologia(s) empregada(s)

Metodologia(s) empregada(s)	Frequência	Porcentagem
Ausente ou NSA	8	24%
Análise de Conteúdo	4	12%
Pesquisa experimental	3	9%
Análise linguística	3	9%
Grupo Focal	2	6%
Estudo de caso	2	6%
Survey	1	3%
Revisão Bibliográfica	1	3%
Processamento de Linguagem Natural (PLN)	1	3%
Modelo de especificação para comparar sentenças judiciais	1	3%
Entrevistas	1	3%
Diversas*	1	3%
Classificação Binária Preditiva	1	3%
Análise Textual	1	3%
Análise Temática	1	3%
Análise de legibilidade	1	3%
Análise de Complexidade (Stacey Diagram)	1	3%
<b>Total geral</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>

\* “antropológicos, hermenêuticos, formais-jurídicos, comparativos, dialéticos, sistêmico-funcionais, lógicos-formais e métodos de abstração e generalização.” (Osiejewicz et al, 2023, p.79).

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Ademais, a referida tabela demonstra que, apesar de um número relativamente discreto de trabalhos revisados nesta RSL (n=28), observa-se uma profusão de diferentes metodologias para se investigar a LS,

em que pudemos identificar ao menos 15 tipos diferentes de reivindicações metodológicas distintas. Destas, a mais frequente foi a análise de conteúdo ( $n = 4$ ), seguida da pesquisa experimental e da análise linguística, ambas com 3 estudos.

Tais resultados evidenciam, em primeiro lugar, que a LS ainda não conseguiu formar uma agenda de pesquisa com métodos e técnicas de investigação consensuais ou consolidados a ponto de permitir tipos de revisões mais informativas, como a metanálise (Card, 2012), por exemplo. Isso porque a meta-análise requer um conjunto mínimo de indicadores e procedimentos analíticos comuns que permitam a agregação e análise de dados de diferentes estudos. Dada a fragmentação metodológica encontrada nos poucos estudos empíricos encontrados, tal empreendimento se mostra inviável.

Outro aspecto revelado pelos dados é a baixa incidência de estudos experimentais ( $n=3$ ). Tal resultado parece contra-intuitivo diante de uma agenda de pesquisa que coloca o público no centro de suas preocupações. Sendo assim, esperávamos que os estudos privilegiariam experiências de validação das técnicas de compreensibilidade destacadas nas diversas “diretrizes” e “guias de boas práticas” que surgem sob diferentes iniciativas, direta ou indiretamente ligadas ao poder público, conforme vimos nas primeiras seções do presente artigo. Um exame dessas iniciativas dificilmente encontra, ao final dos “manuais” e “modos de usar”, indicações de estudos com base experimental validando a eficácia de tais técnicas mediante testes com diferentes públicos e grupos-controle.

Tal cenário é ainda mais preocupante quando mesmo os estudos que se utilizam da análise de conteúdo e de algum tipo de análise linguística ( $n=7$ , no total), geralmente não fundamentam essas análises em estudos experimentais que as validem como efetivas no incremento da compreensibilidade dos textos. Isso acaba por colocar em dúvida até que ponto tais análises efetivamente estão mensurando o que almejam.

Tabela 3 - País/região em que a Linguagem Simples (LS) foi investigada no objeto de pesquisa ou, na ausência dessa informação, o país de origem do estudo

<b>País/região estudada ou de origem do estudo</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
EUA	11	23,40%
Espanha	4	8,51%
Colômbia	4	8,51%
Reino Unido/Inglaterra	3	6,38%
Chile	3	6,38%
União Europeia	2	4,26%
México	2	4,26%
Canadá	2	4,26%
Austrália	2	4,26%
Argentina	2	4,26%
Uruguay	1	2,13%
Suíça	1	2,13%
Suécia	1	2,13%
Rússia	1	2,13%
Polônia	1	2,13%
Perú	1	2,13%
Israel	1	2,13%

Indonésia	1	2,13%
Hungria	1	2,13%
França	1	2,13%
China	1	2,13%
Alemanha	1	2,13%
<b>Total geral</b>	<b>47</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Já os resultados para a variável “país/região estudada ou de origem do estudo” indica os seguintes países ou regiões mais frequentes: EUA (n= 11), Espanha (n=4) e Colômbia (n=4). Como alguns estudos investigaram a LS em mais de um país (n= 3), o total de países da Tabela 3 (n=47) é superior ao número de artigos revisados (n=28). O estudo com mais países investigados foi o de Alsina Naudi (2018), no qual ela discute iniciativas de LS em 10 países (Espanha, México, Colômbia, Chile, Argentina, França, Canadá, Suécia, Inglaterra e EUA).

Uma análise dos resultados centrados em países da América Latina revela dois achados importantes: a região apresenta destaque, uma vez que México, Colômbia, Chile, Argentina, Perú e Uruguay aparecem como alvo de pesquisa de 13 estudos, representando pouco mais de 46% do corpus analisado. O outro achado relevante se dá pela ausência do Brasil. Como discutido anteriormente, mesmo incluindo o Portal de Periódicos Capes entre os sistemas de busca desta RSL, não foi possível selecionar nenhum trabalho em português ou que tenha tido experiência de LS brasileiras como recorte de pesquisa. Isso reforça a interpretação de que, apesar de diversas experiências ligadas à LS (ver primeiras seções deste artigo), o Brasil ainda carece de um corpo de pesquisa empírica publicada em periódicos de impacto que ajude a analisar a eficácia dessas iniciativas.

Em relação à variável “tipo de órgão/ente em que a LS foi investigada”, a Tabela 4 mostra, em conformidade com os dados anterior, que todos os estudos empíricos do corpus realizaram suas pesquisas em instituições estrangeiras, sendo a mais frequente em entidades de natureza pública (n=18). Ademais, aqui o estudo de Alsina Naudi (2018) também se destaca, pois foi o único a ter investigado casos específicos envolvendo os dois tipos de instituições. Por essa razão, o total da Tabela 4 é 29 e não 28.

Esses resultados demonstram que, apesar da LS ser compreendida como agenda que deve se aplicar tanto ao poder público quanto aos serviços ofertados por instituições privadas, demonstra-se a centralidade que os pesquisadores enxergam em relação ao poder público. Isso se justifica à medida em que o próprio setor privado tende a ser mais eficazmente mobilizado a prover informações de interesse do consumidor quando o poder público assim o incentiva ou obriga (cf. Essman et al., 2023).

Tabela 4 - Qual o tipo de órgão ou ente em que a Linguagem Simples (LS) foi investigada?<sup>3</sup>

<i><b>Tipo de órgão ou ente em que a LS foi investigada</b></i>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Órgão/ente público estrangeiro/internacional	18	62,07%
Ausente/não se aplica	9	31,03%

<sup>3</sup> As outras categorias (1: Órgão/Ente de natureza privada brasileiro; 3: Órgão/Ente público brasileiro e; 5: Outro) desta variável não se manifestaram nos resultados.



Órgão/Ente privado estrangeiro/internacional	2	6,90%
<b>Total geral</b>	<b>29</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração Própria

Os resultados para a última variável analisada (meio de comunicação em que a LS foi analisada) se encontram na Tabela 5. Eles indicam que o tipo mais recorrente são aqueles publicados em formatos jurídicos (leis, normas e regulamentos). O segundo tipo mais frequente foram aqueles provenientes de site ou email institucional. Um estudo analisou dois tipos (Salamanca et al., 2014). Por isso, o número total da Tabela 5 é 29 e não 28.

Em que pese a correspondência de tal observação com a predominância de estudos empíricos voltados ao poder público, questiona-se até que ponto esse foco relacionado a documentos de baixo interesse da população não implica numa lacuna em relação aos canais mais utilizados pelo cidadão comum para buscar informações de utilidade pública: sites de redes sociais e os próprios portais governamentais. Enquanto os primeiros não tiveram nenhum resultado positivo, apenas 4 estudos se voltaram a sites institucionais, sendo que dois deles (Mamac, 2023; Marx & Miller, 2023) não pertencem à administração pública. Outra lacuna se manifesta na ausência de estudos analisando um instrumento de grande utilidade pública, que são as chamadas e os editais públicos. Ainda que não exista qualquer dúvida acerca dos benefícios de tornar leis, regulamentos e normativas mais compreensíveis à população, parece-nos que os canais e tipos de comunicação mais utilizados pela população para acessar informações de utilidade pública ainda não estão sendo investigados, à luz da LS, com a importância social que possuem.

Tabela 5 - Em qual meio de comunicação a Linguagem Simples (LS) foi analisada?

<i><b>Em qual meio de comunicação a LS foi analisada</b></i>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Ausente/Não se aplica	13	44,83%
Documentos Jurídicos	11	37,93%
Site/e-mail institucional	4	13,79%
Contas de energia, água, etc.	1	3,45%
<b>Total geral</b>	<b>29</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Considerações finais

Neste artigo, foi investigado o estado da arte em relação como a Linguagem Simples (LS) aplicada na Comunicação Pública vem sendo pesquisada pela comunidade acadêmico-científica, nas ciências humanas. A agenda de pesquisa em torno da LS faz um apelo às diversas linguagens especializadas existentes, tais como a jurídica, a médica, a financeira e tantas outras que buscam falar com a sociedade. Sabendo disso, entende-se que o assunto possui destacada relevância para a comunicação pública, pois a base de uma



democracia funcional e saudável reside na capacidade da sociedade de falar consigo mesma, articulando trocas discursivas entre os distintos públicos, competências e interesses que compõem essa sociedade.

Para chegar ao estado da arte sobre como a LS vem sendo investigada no âmbito da comunicação pública, optou-se por realizar uma revisão sistemática de literatura (RSL).

A escolha da RSL como técnica de pesquisa se justifica pela necessidade de consolidar e analisar criticamente esse estado da arte, garantindo transparência, replicabilidade e rigor metodológico na seleção e categorização dos estudos. Para isso, foram utilizados protocolos estruturados de busca e análise, combinando diferentes bases de indexação e aplicando a análise de conteúdo categorial. Destaca-se que a utilização dessas técnicas também implica em limitações, derivadas das restrições dos sistemas de busca acadêmica escolhidos, dos filtros que foram utilizados e das limitações de tempo e recursos que impedem uma análise de publicações em outras línguas além das selecionadas. Tendo isso em vista, os resultados desta RSL devem ser observados como um recorte possível e rigoroso, não implicando, por outro lado, em um quadro completo e exaustivo do estado da arte pretendido.

Não obstante as limitações em questão, que estado da arte esta RSL revelou?

Sobre isso, os principais achados indicam que a literatura acadêmica sobre LS na Comunicação Pública está majoritariamente concentrada em publicações em inglês, sendo os Estados Unidos o país mais estudado. A América Latina apresentou relevância no corpus analisado, mas não foram identificadas pesquisas brasileiras dentro dos critérios da RSL. Além disso, a pesquisa revelou uma grande dispersão metodológica, dificultando a consolidação de um referencial empírico robusto sobre LS. A análise de conteúdo foi a metodologia mais frequente, mas a presença reduzida de estudos experimentais evidencia a falta de validação empírica das técnicas de LS. Ainda, observou-se um predomínio do foco em órgãos públicos e documentos jurídicos, enquanto canais e documentos de maior interesse da população, como editais, sites governamentais e redes sociais, foram negligenciados.

Esses resultados reforçam a necessidade de avanços metodológicos para suprir as lacunas identificadas. Primeiramente, a baixa incidência de estudos brasileiros destaca a urgência de iniciativas que incentivem pesquisas nacionais publicadas após o processo de revisão por pares, permitindo uma compreensão mais aprofundada das aplicações da LS no contexto nacional. Em segundo lugar, a fragmentação metodológica sugere que futuras pesquisas devem buscar maior padronização de técnicas e abordagens metodológicas, possibilitando revisões mais robustas, como metanálises.

Por fim, mais duas frentes de pesquisa se mostram necessárias para suprir as lacunas identificadas: a) a necessidade de mais pesquisas experimentais, com o intuito de testar as abordagens teóricas da LS em cenários reais e, com isso, obter uma melhor e mais aprofundada compreensão de seus efeitos e eficácia; b) que os estudos baseados em AC e análise linguística sejam desenhados com base em tais estudos experimentais. Sob tais esforços, a agenda de pesquisa sobre LS poderá evoluir de maneira mais estruturada, alinhando-se às necessidades reais da sociedade e contribuindo para uma comunicação pública mais clara, acessível e eficaz.

## Referências bibliográficas

AMB, Associação dos Magistrados Brasileiros. (2005, 15 de setembro). Campanha pela simplificação da linguagem jurídica chega à capital mineira. Recuperado em 19 de janeiro de 2024, de

<https://www.amb.com.br/campanha-pela-simplificacao-da-linguagem-juridica-chega-a-capital-mineira/>

Alsina Naudi, A. (2018). Endeavours towards a plain legal language: The case of Spanish in context. *International Journal of Legal Discourse*, 3(2), 235-268.

Aromataris, E., & Pearson, A. (2014). The systematic review: an overview. *AJN The American Journal of Nursing*, 114(3), 53-58. DOI:10.1097/01.NAJ.0000444496.24228.2c

Assembleia Legislativa do Ceará. (2022). Lei nº 18.246 - *Política Estadual de Linguagem Simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do Estado do Ceará*. Recuperado em 17 de janeiro de 2024, de <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-18246-2022-ceara-institui-a-politica-estadual-de-linguagem-simples-nos-orgaos-e-nas-entidades-da-administracao-direta-e-indireta-do-estado-do-ceara>.

Brasil, Constituição. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)

Card, N. A. (2012). *Applied meta-analysis for social science research*. The Guilford Publications.

Casa Civil. (2018). *Manual de redação da Presidência da República* (3ª ed., rev. atual. e aum.). Brasília: Presidência da República. Recuperado em 11 de janeiro de 2024, de <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>

Casa Civil. (2011, 18 de novembro) Lei nº 12.527 - Lei de acesso à informação. Brasília, DF. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)

Decreto nº 83.740 - *Programa Nacional de Desburocratização*. (14 de julho de 1979). Revogado por: Decreto nº 9.094 (2017, 17 de julho). Brasília, DF: Casa Civil. *Simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos*. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Decreto/D9094.htm#art25gov.br/ccivil\\_03/decreto/d](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9094.htm#art25gov.br/ccivil_03/decreto/d)

Cameron, D. (2012). *Verbal Hygiene*. Routledge.

Cooper, H. (2015). *Research synthesis and meta-analysis: A step-by-step approach*. USA: Sage publications.

Duarte, J. (Org.). (2009). *Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público* (1ª ed., 2ª reimp.). São Paulo: Editora Atlas.

Essman, M., Burgoine, T., Cameron, A., Jones, A., Kent, M., Polden, M., Robinson, E., Sacks, G., Smith, R., Vanderlee, L., White, C., White, M., Hammond, D., & Adams, J. (2023). A multi-country comparison of jurisdictions with and without mandatory nutrition labelling policies in restaurants: analysis of behaviours associated with menu labelling in the 2019 International Food Policy Study. *Public Health Nutrition*, 26, 2595 - 2606. <https://doi.org/10.1017/S1368980023001775>.

Guimarães, L. H. P. D. A. (2012). A simplificação da linguagem jurídica como instrumento fundamental de acesso à justiça. *Publicatio Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes*, 20(2a), 176-177. Recuperado de <https://revistas.uepg.br/index.php/humanas/article/view/4270/3195>

Íris, Laboratório de Inovação e Dados. (s.d.). Recuperado em 10 de janeiro de 2024, de <https://irislab.ce.gov.br/>

Lycarião, D., Roque, R., & Costa, D. (2023). *Revisão Sistemática de Literatura e Análise de Conteúdo na Área da Comunicação e Informação: o problema da confiabilidade e como resolvê-lo*. *Transinformação*, 35, e220027. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202335e220027>

Mamac, M. H. (2023). Linguistic complexity of public legal information texts for young persons. *Text & Talk*, Online First.

- Marx, J. M., & Miller, A. (2023). Evaluating the Accessibility of Mindfulness and Meditation Information Online: A Content Analysis Using the Federal Plain Language Guidelines. *Journal of Technology in Behavioral Science*, Online First.
- Mello, G. R. D., & Slomski, V. (2010). *Índice de governança eletrônica dos estados brasileiros* (2009). JISTEM - Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, 7(2), 375-408. Disponível em <https://www.scielo.br/j/jistm/a/c6fVMvRRzwPtRcRxJYKNSbq/?format=pdf&lang=pt>
- Mendonça, N. R. D. S. (1987). *Desburocratização Linguística: como simplificar textos administrativos*. São Paulo: Pioneira.
- Orwin, R. G., & Vevea, J. L. (2009). Evaluating Coding Decisions. In H. Cooper, L. V. Hedges, and J. C. Valentine (Ed.). *The Handbook of Research Synthesis and Meta-Analysis*, ed. 2nd Edition, (pp.177–203). New York: Russell Sage Foundation.
- Osiejewicz, Joanna; Surzhenko, Olga A; Baranova, Liudmila M; Biryukova, Alevtina G; Anakina, Tetiana M. The International Journal of Communication and Linguistic Studies; Madrid Vol. 22, Edic. 1, (2023): 79-95. DOI:10.18848/2327-7882/CGP/v22i01/79-95
- Salamanca, J., Desmet, P., Burbano, A., Ludden, G., & Maya, J. (Eds.). (2014). From government to citizens: Writing with care. In *Proceedings of the Colors of Care: The 9th International Conference on Design & Emotion* (pp. 112-120). Ediciones Uniandes.
- São Paulo, Município. (2020, 6 de março). Lei nº 17.316. Institui a Política Municipal de Linguagem Simples nos órgãos da administração direta e indireta. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2020/1732/17316/lei-ordinaria-n-17316-2020-institui-a-politica-municipal-de-linguagensimples-nos-orgaos-da-administracao-direta-e-indireta>

